

O SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES NA CRISE DE 1968: A CONTRARREVOLUÇÃO ESTÁ NAS RUAS.

Aloysio Castelo de Carvalho ¹

Resumo: Este trabalho investiga o papel desempenhado pelo SNI na crise política de 1968 que resultou na decretação do AI-5. O ato foi uma decisão tomada pela maioria dos integrantes do Conselho de Segurança Nacional (CSN) com base nos elementos informativos da conjuntura nacional e na estimativa formulada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). O serviço de inteligência comandado pelo general Médici teve um papel central no desfecho da crise de 1968 ao produzir informações que legitimaram os dirigentes militares na decisão de recrudescimento do autoritarismo. A decisão do AI-5 foi fundamentada na estimativa de que a contrarrevolução estava em curso no país. O desdobramento da estimativa formulada pelo SNI foi a proposição expressa pelo presidente Costa e Silva na reunião do CSN de 13 de dezembro: “ou a Revolução continua - ou a Revolução se desagrega”. Tanto a estimativa produzida pelo SNI quanto a máxima apresentada por Costa e Silva foram compartilhadas pelos ministros militares integrantes do CSN e apontaram para a necessidade de fortalecimento das medidas de segurança interna, maior intervenção militar no processo político e expansão das tarefas da comunidade de informações.

Palavras-chave: Serviço Nacional de Informações; sistema de inteligência; regime militar; Ato Institucional Nº 5.

Abstract: This work investigates the role played by the SNI in the 1968 political crisis that resulted in the enactment of AI-5. The act was a decision taken by the majority of the members of the National Security Council (CSN) based on information from the national situation and on the estimate made by the National Information Service (SNI). The intelligence service commanded by General Médici played a central role in the outcome of the 1968 crisis by producing information that legitimized the military leaders in the decision to intensify authoritarianism. The AI-5 decision was based on the estimate that the counter-revolution was underway in the country. The unfolding of the estimate formulated by the SNI was the proposition expressed by President Costa e Silva at the CSN meeting on December 13: "either the Revolution continues - or the Revolution disintegrates". Both the estimate produced by the SNI and the maxim presented by Costa e Silva were shared by the military ministers who are members of the CSN and pointed to the need to strengthen internal security measures, greater military intervention in the political process and expansion of the tasks of the information community.

Keywords: National Information Service; Intelligence system; military regime; Institutional Act Nº 5.

¹ Professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense.

O SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Uma das imagens mais significativas sobre o Serviço Nacional de Informações (SNI) e muito conhecida do público acadêmico foi construída pelo general Golbery: “Criei um monstro”. A frase foi pronunciada após o general pedir demissão do governo Figueiredo no final de 1981, por conta do episódio da Bomba do Riocentro. Desde então, o SNI ficou gravado no imaginário brasileiro como um órgão caracterizado pela voracidade de poder, tal como a figura bíblica do Leviatã descrita por Hobbes. Assim como o Leviatã de Hobbes, o regime militar brasileiro tinha imensa preocupação com a formação na sociedade de uma opinião que difundisse o direito à resistência contra a tirania. No discurso de posse como chefe do SNI, Golbery definiu o papel do órgão no cenário político: O Serviço Nacional de Informações deve ser uma “janela aberta aos influxos da opinião pública nacional, ao pensamento e ao sentir do nosso povo (...)” de modo a acolhê-los, registrá-los e analisar cada momento, fornecendo ao presidente da República uma estimativa adequada da situação nacional. Consoante à visão de que a preservação do poder pressupõe o segredo como política de Estado, Golbery denominou o SNI de Ministério do Silêncio e disse que a sua “missão é afirmar-se como órgão capaz de ver, de auscultar e de interpretar cada momento nacional, nessa superior tarefa de informar o governo da República”.² Articulador do golpe de 1964, Golbery tinha plena consciência de que a missão do SNI exigiria a incessante expansão de seu poder. Órgão central do aparelho repressivo, o SNI recebeu a incumbência de vigiar os agentes e as comunicações políticas de uma sociedade que passava por um acelerado processo de modernização e experimentava fortes tensões políticas.

Orientado pela teoria da guerra revolucionária, o regime militar pariu o monstro ao criar um sistema de inteligência comandado pelo SNI que se tornou o setor do aparelho repressivo com maior influência nas decisões sobre políticas de segurança do Estado. O que estamos denominando de sistema de inteligência consiste no conjunto das atividades dos órgãos de informações que eram executadas sob um comando centralizado e com a finalidade de produzir conhecimento sobre o inimigo interno, identificado com o ideário comunista. A comunidade de informações era uma rede de serviços secretos dominada pelas práticas da inteligência militar. Os principais representantes desse arranjo coercitivo eram o SNI e os órgãos de informações sob comando das Forças Armadas, que são o objeto de nosso estudo.

² ANDREAZZA, Mario David. *O Serviço Nacional de Informações*. Curso Superior de Guerra. Rio de Janeiro: ESG, 1964, p. 25.

Além de conceber o SNI em 1964, o regime reorganizou e criou órgãos de informações que eram conectados aos três ramos das Forças Armadas. O Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) era subordinado à Marinha e já existia antes de 1964. A partir de decreto presidencial, o CENIMAR foi reestruturado em 1971, assim como o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), patrocinado pelo brigadeiro Burnier, que foi reorganizado em 1970. Antes do CISA existia o Núcleo do Serviço de Informações de Segurança da Aeronáutica (N-SISA), organizado em julho de 1968 no governo Costa e Silva. O Centro de Informações do Exército (CIE) foi proposto por Costa e Silva ainda no governo Castelo Branco. Quando assumiu o governo, o presidente Costa e Silva criou o CIE, que ficou sob o comando do coronel Adyr Fiúza de Castro, diretamente subordinado ao ministro de Exército, general Lyra Tavares, ex-comandante da ESG. Já as origens da Operação Bandeirantes (OBAN) remontam ao I Seminário de Segurança Interna em Brasília, realizado em fevereiro de 1969. O processo de criação do órgão paulista foi dirigido pelo comandante do II Exército, general José Canavarro Pereira, e contou com a participação do chefe do Estado-Maior, o general Ernani Ayrosa da Silva (JOFFILY, 2008). A OBAN caracterizou-se pela inexistência de uma estrutura legal. O órgão foi moldado por meio de uma diretriz para a Política de Segurança Interna, expedida pela Presidência da República em julho de 1969, que resultou no surgimento de estruturas semelhantes em outros estados (GASPARI, 2002b). A OBAN deu lugar ao Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), que foi criado pelo Exército em 1970 como resultado da Diretriz Presidencial de Segurança Interna. O DOI-CODI ganhou uma existência legal, provido com dotações orçamentárias regulares. Ainda no ano de 1970, o regime integrou todos esses órgãos no Sistema Nacional de Informações (SISNI). Apresentado como proposta pelo chefe do SNI, general Médici, na reunião do Conselho de Segurança Nacional em agosto de 1968, o SISNI desempenhava as atividades de informações e contrainformações com o objetivo de conter as manifestações da guerra revolucionária.

Do ponto de vista da trajetória do sistema de inteligência, houve um momento marcante. Ele ocorreu entre 1968 e 1970 quando as atividades de informações se expandiram e tomaram um caráter predominantemente policial-repressivo. Houve a integração entre o SNI e os órgãos de informações das Forças Armadas com a finalidade de combater os opositores do regime. Durante esse período em que surgiram os protestos sociais de massa e ações armadas promovidas pelas organizações revolucionárias, o sistema de inteligência centralizado pelo SNI passou a deter o poder real na definição das questões relacionadas à segurança interna do regime. Este trabalho pretende responder a seguinte questão: o que explica o sistema de inteligência ter alcançado expressiva dominância no âmbito do aparelho

governamental? O ponto de partida da investigação recai sobre a concepção autoritária da informação adotada pelo regime militar que passou a considerá-la um assunto de segurança nacional. Submetidas ao conceito de guerra, as informações passaram a ser uma questão de Estado, ficaram sob o controle dos órgãos de inteligência comandados pelos militares e se converteram em instrumento de combate às diversas vozes de oposição ao regime.

O sistema de inteligência no Brasil foi concebido com base na ideia de que informação e segurança nacional são conceitos interligados e constitutivos da organização do Estado. Na interpretação da Escola Superior de Guerra (ESG), que formulou a Doutrina de Segurança Nacional e orientou ideologicamente a estruturação do poder a partir de 1964, o trabalho de inteligência consiste na produção de informações voltadas para garantir a segurança do Estado. Em palestra na ESG, o coronel Mario Orlando Ribeiro Sampaio, que foi chefe da Secretaria do SNI entre 1964 e 1968 e ocupou esse cargo de 1973 a 1975, assumindo posteriormente a chefia do CIE de 1981 a 1983, assinalou que as informações de interesse da “Segurança Nacional” visam ao “esclarecimento do governo quanto à realidade das situações e à verdade dos fatos, às características e intensidade das manifestações e efeitos das pressões”. As informações necessárias à defesa do Estado são denominadas de informações de segurança e, conforme o oficial de inteligência, “um sistema de organizações permanente de informações, adequadamente estruturados e dotados de pessoal especializados, constitui um dos instrumentos essenciais para o planejamento e execução da segurança interna”³.

As informações produzidas pelos órgãos de inteligência eram destinadas aos centros decisórios com o propósito de capacitar os dirigentes para o planejamento e a implementação das políticas de segurança e defesa interna, fatores que, na concepção da Escola Superior de Guerra, possibilitavam aos governos promoverem o desenvolvimento nacional. O general Edison Boscacci Guedes, chefe do Centro de Informações do Exército de outubro de 1977 a março de 1979, compreendia o estabelecimento de uma Política Nacional como uma atividade que se desdobrava em Política Nacional de Segurança e Política Nacional de Desenvolvimento. A realização dessas políticas exigia a obtenção e a organização das informações na área de segurança, assim como na área de desenvolvimento, conforme indica o relatório apresentado na ESG pelo general. Ele considerava difícil distinguir as informações para as duas áreas em função da sua interpenetração e porque dizem respeito a todas as expressões do “Poder Nacional”. Entretanto, o general definiu que as informações de segurança são ligadas aos antagonismos e às pressões internas com o intuito de

³ MOURA, Heitor Pinto de; CHAVES, Sebastião Ferreira; FERREIRA, Luis; SAMPAIO, Edgar Cesar; SAMPAIO, Mário Orlando Ribeiro. Equipe da DAICI. Curso de Informações. *As informações e a segurança nacional*. Conferência proferida na ESG, 9 abr. 1970, p. 10.

responder pelo planejamento, execução ou acompanhamento da Política Nacional de Segurança.⁴

Os antagonismos e pressões internas de que falam os oficiais de inteligência se referem aos óbices que podem impedir o cumprimento dos Objetivos Nacionais, para usar a linguagem da ESG. Enquanto os antagonismos consistem nas atividades que visam contestar a política nacional, as pressões internas são uma forma de manifestação contestatória com condições objetivas de se sobrepor ao Poder Nacional (SILVEIRA, 2016, p.38). Desse modo compreende-se o papel da inteligência na produção de informações relacionadas à área de segurança interna. Ela visava municiar os dirigentes militares com um conhecimento indispensável para uma política de enfrentamento com as diversas formas de contestação ao poder instituído. Ramo especializado do aparelho repressivo, o sistema de inteligência tinha a função de fornecer os elementos informativos necessários não só para um diagnóstico ágil e preciso das ameaças presentes nos cenários nacionais, bem como para a formulação das estratégias e ações repressivas apropriadas e eficientes para combater o que os dirigentes chamavam de movimentos contrarrevolucionários. Deriva daí a seguinte proposição: a produção de conhecimento sobre os inimigos internos fez do sistema de inteligência comandado pelo SNI o núcleo de poder com maior autoridade na definição dos rumos da política de segurança do Estado.

Os órgãos de informações se constituíram na base fundamental de sustentação do regime militar. Dada a necessidade de exercer permanente vigilância sobre o movimento da sociedade, o regime estabeleceu uma relação de dependência com a inteligência militar que detinha as informações vitais do Estado. O SNI era o eixo central de uma vasta estrutura de informações da qual o regime passou a depender para enfrentar a oposição política. Quanto mais intensa foi a contestação política - como no momento das manifestações de massa em 1968, seguidas pelas ações armadas das organizações revolucionárias – maior foi a necessidade que o regime teve do sistema de inteligência para tomar decisões e agir no campo da segurança do Estado. Quanto mais dependentes os centros decisórios do Estado se tornaram das informações sobre segurança interna produzidas pelos serviços de inteligência militar, maior foi a influência que esta estrutura de poder adquiriu no decorrer do processo político. Os órgãos do sistema de inteligência funcionaram como uma espécie de centro gravitacional em torno do qual orbitaram os diversos núcleos de poder em disputa pelo domínio do aparelho estatal.

Compreenderemos melhor a trajetória do SNI se resgatarmos suas origens e as mudanças que se processaram no aparelho repressivo. O SNI foi idealizado antes do golpe de 1964. Desde o início dos anos 50, líderes militares planejaram organizar

⁴ GUEDES, Edison Boscacci *et al.* *Relatório segurança e desenvolvimento na área de informações*. Grupo 11. ESG, 1980, p. 1-4.

um serviço de inteligência que substituísse o Sistema Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), criado no governo Dutra em 1946. Com essa finalidade, a inteligência militar da ESG projetou o Serviço Nacional de Informações no papel de centro coordenador e orientador de um amplo sistema de informações. Concebido em 1953 durante o governo Vargas, como parte do Anteprojeto de Reestruturação do Conselho de Segurança Nacional (CSN), o Serviço Nacional de Informações sinalizou para um novo tipo de Estado que estava sendo formado, caracterizado por uma estrutura mais centralizada, submetido ao domínio das Forças Armadas e com maior capacidade de exercer a vigilância sobre a sociedade, em consonância com as exigências da Guerra Fria e os princípios da Doutrina de Segurança Nacional (CARVALHO, 2021).

O Serviço Nacional de Informações nasceu com amplos poderes, justificado pela necessidade de combater o comunismo que penetrava na sociedade brasileira. O órgão tinha autonomia financeira para atuar e não sofria qualquer tipo de controle externo, nem mesmo do Congresso. Era um serviço de inteligência que não tornava públicas informações sobre operações de vigilância, a organização interna, as regras de funcionamento e o quadro de pessoal (FIGUEIREDO, 2005). O chefe do SNI tinha status de ministro de Estado, era a única autoridade de informações que participava formalmente das reuniões do CSN e estava diretamente subordinado ao presidente da República. Decorreu daí a existência de um órgão com trânsito em toda a estrutura estatal e com vasta influência sobre o aparelho governamental. Além de ser o responsável pela produção de estimativas da situação nacional, o SNI assumiu funções políticas. Ele se tornou no governo Castelo o principal porta-voz dos projetos do presidente.

A expressão mais adequada para representar o SNI é aquela que enfatiza sua atuação como agente político integrante da cúpula decisória que imprimia direção ao Estado. O SNI era um “ativo operador político” (GASPARI, 2002a, p.172) e, como tal, exercia uma dupla função a serviço da Presidência da República. Detentor dos segredos primordiais do Estado, o que lhes conferia superioridade sobre qualquer outra instância de poder, o SNI era também um órgão de articulação política. Fazia a mediação com as forças militares e civis de apoio ao regime e, ao mesmo tempo, exercia vigilância e produzia informações com relação aos movimentos de oposição ao governo. Esse padrão de atuação do SNI efetivado pelo general Golbery foi registrado pelo ex-chefe do Gabinete Civil de Castelo, Luís Vianna Filho (1975) e pelo jornalista Elio Gaspari (2002). Eles mostram em seus livros como o chefe do SNI agiu politicamente para viabilizar os projetos que visavam a institucionalização do autoritarismo militar e, ao mesmo tempo, esteve na linha de frente de combate às chamadas forças que contestavam o regime. Golbery criou um poderoso órgão de inteligência que se tornou uma espécie de instância superior em questões de Estado.

Reconhecido como modelo de oficial de inteligência em função da capacidade para produzir análises na área de segurança interna e estratégias de Estado, o general Golbery conferiu prestígio ao SNI e se tornou um dos mais importantes assessores do presidente Castelo Branco. Essa foi a principal herança deixada pelo governo Castelo: um serviço de inteligência situado na alta hierarquia estatal, investido de ampla autoridade, com expressiva influência política e só prestando contas ao presidente da República.

O governo Castelo é reconhecido como o momento de edificação das instituições do autoritarismo militar e de expansão da estrutura burocrática do SNI (ANTUNES, 2001, p.51). Ele desencadeou a “Operação Limpeza”, decretou o AI-2, a Lei de imprensa, a Lei de Segurança Nacional e aprovou a Constituição de 1967. Ao mesmo tempo, o SNI expandiu sua rede de informações e passou a ter uma atuação no plano nacional. Além da Agência Central com sede no Distrito Federal, o órgão passou a contar com Agências Regionais com sede em capitais dos Estados ou cidades importantes, conforme regulamento aprovado através do decreto 55.194 de 10 de dezembro de 1964. Foram criadas as agências do Rio de Janeiro, depois Brasília e São Paulo. Em seguida, já no governo Costa e Silva, o decreto presidencial de julho de 1967 transformou as antigas Seções de Segurança Nacional dos Ministérios Civis - que integravam a rede de informações do SNI - em Divisão de Segurança e Informações (DSI'S). As mudanças na organização do SNI foram acompanhadas pela aprovação do Decreto 60.417 de 11 de março de 1967 que instituiu o Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos (RSAS) e buscou adequar a política de sigilo governamental aos princípios doutrinários do regime.

O governo Costa e Silva marcou o momento de inflexão na atuação do SNI que recrudescer as práticas de vigilância sobre a sociedade civil. Golbery foi substituído na chefia do órgão pelo general Médici que montou uma assessoria técnica com a nata dos oficiais das Forças Armadas (FIGUEIREDO, 2005, p.177), reforçou as conexões com os serviços de inteligência das Forças Armadas e passou a produzir estimativas que colocaram em questão as intenções de retorno à “normalidade democrática” anunciadas pelo presidente no início de seu governo.⁵ Numa declaração feita logo após completar um ano de mandato, Costa e Silva compartilhou o conceito de Castelo ao considerar que o ano de 1967 marcou a passagem do “regime de exceção” para um “regime normal, democrático”, e disse esperar que 1968 repetisse a boa trajetória do ano que havia passado (MELLO, 1979,

⁵ Diversos autores discorrem sobre a expectativa de volta à normalidade política que havia no início do mandato do presidente Costa e Silva, entre eles: (ALVES, 1989); (SKIDMORE, 1989); (MARTINS FILHO, 1995).

p. 521).⁶ Na avaliação de Costa e Silva, a “Revolução” estava completando a sua institucionalização e ingressava na fase de consolidação da democracia idealizada pelos dirigentes militares. Todavia, no final do ano de 1967 e início de 1968 intensificaram-se as mobilizações da Frente Ampla, criada em outubro de 1966 e liderada por Carlos Lacerda. Articulada a diversos segmentos da opinião pública e reivindicando a redemocratização do país, a Frente Ampla estimulou o comportamento contestatório em relação ao regime. Liderados pela União Nacional dos Estudantes, os protestos contra as políticas do governo na área educacional se intensificaram, sobretudo após a morte de Edson Luís, em março de 1968. A violência policial provocou uma onda de mobilizações que desaguou na passeata dos Cem Mil, paralisando o Rio de Janeiro no dia 26 de junho. Ao mesmo tempo em que os estudantes protestavam contra o governo militar, o movimento operário sindical de oposição retomou suas ações com greves em Contagem (abril) e Osasco (julho), reivindicando melhorias salariais. Ao crescimento das contestações ao regime militar somaram-se as ações da esquerda armada, como no caso do ataque executado pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) no QG do II Exército que resultou na morte do soldado Mário Kozel Filho e inflamou o discurso anticomunista dos generais. Aos movimentos contestatórios dos dissidentes liberais, estudantes, setores operários e grupos de esquerda revolucionários somou-se o comportamento desafiador das bases parlamentares governistas no caso Márcio Moreira Alves. O fato de a Câmara não aceitar o pedido de cassação do mandato do deputado, encaminhado pelo Supremo Tribunal Federal, estimulou o sentimento, por parte dos dirigentes militares, de que a representação política era antirrevolucionária e criava obstáculos para as realizações do governo.

Diante dessas considerações, precisamos agora compreender como se deu o processo político que levou o sistema de inteligência a se tornar a estrutura dominante nas decisões do governo. Investigaremos o papel desempenhado pelo SNI na crise política de 1968 que resultou na decretação do AI-5.⁷ O ato foi uma decisão tomada pela maioria dos integrantes do Conselho de Segurança Nacional, com base nos elementos informativos da conjuntura nacional e na estimativa formulada pelo SNI. O serviço de inteligência comandado pelo general Médici teve um papel central no desfecho da crise de 1968 ao produzir informações que legitimaram os dirigentes militares na decisão de recrudescimento do autoritarismo. A decisão do AI-5 foi fundamentada na estimativa de que a contrarrevolução estava em curso no país. O desdobramento da estimativa formulada pelo SNI foi a proposição expressa pelo

⁶ O Jornal do Brasil publicou matéria sobre o assunto. Governo passa em revista seu primeiro ano. JB 16/03/1968, p.14.

⁷ Entre os trabalhos que discutem os motivos da decretação do AI-5, veja: (MARTINS FILHO, 1995); (CODATO, 2004); (CHIRIO, 2012); (MOTTA, 2018).

presidente Costa e Silva na reunião do CSN de 13 de dezembro: “ou a Revolução continua - ou a Revolução se desagrega”. Tanto a estimativa produzida pelo SNI quanto a máxima apresentada por Costa e Silva foram compartilhadas pelos ministros militares integrantes do CSN e apontaram para a necessidade de fortalecimento das medidas de segurança interna, maior intervenção militar no processo político e expansão das tarefas da comunidade de informações.

O regime militar criou um sistema governamental altamente centralizado para a tomada das decisões nacionais. No ápice dessa estrutura encontrava-se o Conselho de Segurança Nacional cuja função era fornecer ao Presidente assessoria coordenada para a formulação da política de segurança nacional. O SNI era considerado a peça-chave para o trabalho do CSN uma vez que era responsável pela produção de informações estratégicas relacionadas à segurança nacional. Órgão da cúpula do Estado, o SNI era o eixo central da comunidade de informações e atuava articulado com órgãos civis e militares, sobretudo com os serviços de inteligência das Forças Armadas que forneciam informações aos seus respectivos ministérios. É o que observa o coronel Mario Orlando Ribeiro Sampaio ao apresentar na ESG trabalho sobre a estrutura e funcionamento da comunidade de informações. O oficial de inteligência assinalou que a responsabilidade principal do SNI era reunir e processar informes e difundir informações relativas ao campo político, econômico, psicossocial e militar, necessárias tanto para a tomada de decisões como para a formulação de uma estratégia de segurança nacional.⁸

O SNI adotou uma estrutura de informações centralizadas com ênfase na segurança interna. Chefe da Agência do SNI do Rio de Janeiro, o coronel João Batista Figueiredo afirmou que o órgão foi criado “em pleno processo da Revolução de 31 de março”, quando os “problemas inerentes à Segurança Interna” tiveram “seu volume aumentado”.⁹ Figueiredo argumenta que cabia ao SNI a produção de informações estratégicas relacionadas aos assuntos de Segurança Nacional. O órgão tinha a finalidade de “superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informações e contrainformações”, de modo que o governo possa orientar suas ações no “sentido da preservação ou consecução dos Objetivos Nacionais Atuais Estratégicos (Política de Segurança Nacional)” e na “obtenção do Desenvolvimento”.¹⁰ Essa finalidade mais geral supunha o cumprimento de quatro atribuições específicas, sempre considerando as atividades de informações e contrainformações: 1) Assessorar o presidente da República realizando a mediação com os Ministérios,

⁸ SAMPAIO, Mario Orlando Ribeiro e Ferreira, Luiz. *As estruturas das informações de segurança no Brasil*. Aspectos conjunturais. Curso de Informações. Equipe da DAICI. Conferência proferida na ESG, 11 maio 1970.

⁹ FIGUEIREDO, João Batista de. *O Serviço Nacional de Informações*. Departamento de Estudos. Rio de Janeiro: ESG, 1965, p.12.

¹⁰ Idem, p.3.

serviços estatais, autônomos e entidades paraestatais; 2) Estabelecer os entendimentos necessários e as articulações com os governos dos Estados, entidades privadas e com as administrações municipais; 3) Efetuar a coleta, a avaliação e integração das informações, em proveito das decisões do presidente da República e do Conselho de Segurança Nacional, assim como das atividades de planejamento a cargo da Secretaria-Geral deste Conselho; 4) Promover no âmbito governamental a difusão das informações e das estimativas decorrentes.¹¹

As categorias de informações adotadas pelos órgãos de inteligência no ocidente se modificam de acordo com cada contexto nacional, dependendo do lugar ocupado pelo país no cenário mundial e da preponderância da natureza dos conflitos, se internos ou externos. A Escola Superior de Guerra, responsável pela organização dos "Cursos de Informações" e formação dos agentes dos serviços de inteligência, utilizava a classificação de informações correntes, estimadas e estratégicas. Em trabalho apresentado na instituição militar em 1970, o coronel Mario Orlando Ribeiro Sampaio explicou que as informações correntes decorrem do processamento dos elementos informativos atuais, que dizem respeito aos acontecimentos em curso de interesse imediato para a definição de uma estratégia externa e de segurança interna. A característica mais destacada da produção das informações correntes é a rapidez que ela exige do analista. A maior parte do tempo gasto nessa tarefa consiste em descrever um acontecimento e comentá-lo sucintamente. As informações estimadas, por sua vez, têm a finalidade de antever situações e consequências e considerar as intenções, seja das nações ou dos atores internos para fins de planejamento. Quando destinadas à formulação da "Política Nacional", as informações estimadas são denominadas de "Informações Estratégicas", que é o conhecimento do fato ou situação de interesse imediato ou potencial para o planejamento e execução de ações violentas e para o preparo e aplicação do Poder Nacional, em qualquer de suas expressões".¹²

A produção de informações estimadas requer uma análise aprofundada do momento e uma projeção das possíveis tendências em curso. Nesse caso, o analista precisa se munir de termos de referência que abrangem, entre outros, os aspectos políticos e militares. A complexidade da produção das informações estimadas é destacada pelo coronel Mario Orlando Sampaio. O oficial de inteligência assinala que "todos os órgãos que puderem contribuir para a sua produção devem receber setores de estudo e iniciar as pesquisas básicas e as análises iniciais". E acrescenta que o

¹¹ Idem, p.4.

¹² SAMPAIO, Mario Orlando Ribeiro e outros. *Categorias de Informações. Informações Correntes, Estimadas e Estratégicas*. Equipe da DAICI. Curso de Informações. Estado Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 1970, p.4 e 5.

"SNI, como órgão coordenador, integrará as contribuições e as completará...".¹³ As informações estimadas são consideradas pelo oficial de inteligência a obra-prima das informações de segurança, que proporcionam aos "formuladores da política e da estratégia a capacidade de saber o quê, o como, o quando e o onde aplicar a instrumentalidade à sua disposição, para a consecução da Política de Segurança Nacional".¹⁴

Neste ponto do trabalho perguntamos que fatores da conjuntura interna devem ser levados em conta para a produção de uma estimativa nacional. Em trabalho apresentado na ESG, o coronel Mario Orlando Sampaio apresenta algumas observações sobre os termos de referência que contam na produção de uma estimativa que se destina a projetar as principais tendências com relação à situação política interna de um país. No caso de um governo autoritário, assinala o oficial de inteligência, a idade de um governante, assim como as consequências de sua morte devem ser consideradas em razão de uma possível luta sucessória. O papel das Forças Armadas nessa luta, bem como dos partidos políticos e de outros centros do poder, são outros dados importantes. A produção da estimativa nacional deve também abordar as atitudes populares, indo além de generalidades. É preciso analisar os sentimentos dos grupos específicos da população e estabelecer relação com o comportamento que eles têm adotado. Como têm se expressado as elites do país? Que projetos defendem? Quais as questões reivindicadas pelos operários e camponeses e suas ligações políticas? O foco da análise deve recair sobre o grau de hostilidade em relação governo, de modo que se possa caracterizar se os sentimentos de animosidade se manifestam por um descontentamento passivo, por protestos esporádicos, ou por constante resistência de elementos armados. Finalmente, Sampaio argumenta que é preciso dar particular atenção aos termos de referência atinentes às relações externas do país já que os acontecimentos neste campo podem atingir diretamente os interesses da segurança interna. A estimativa deve avaliar as relações presentes e prospectivas com aliados, as atitudes populares e oficiais diante da posição do Brasil com relação à América Latina e as tensões Norte-Sul e Leste-Oeste do mundo atual.¹⁵

Acreditamos que as sucintas considerações acima podem auxiliar a entender o papel do SNI na crise de 1968 que resultou no AI-5. Como órgão central e coordenador do sistema de inteligência, o SNI operou com a finalidade de produzir estimativas sobre as possibilidades e as ações prováveis do inimigo. As estimativas nacionais eram o resultado final de um complexo processo de produção e contavam com a contribuição do conjunto dos órgãos de informações que compartilhavam seus

¹³ Idem, p.14.

¹⁴ Idem, p.4

¹⁵ Idem.

dados. A produção de estimativas constituía uma das funções da comunidade de informações para os formuladores da política de segurança interna e os integrantes do CSN. Mais do que uma contribuição da comunidade de informações, a estimativa nacional produzida pelo SNI foi o elemento central da reunião do CSN ao projetar um cenário de conflagração social e induzir os integrantes da cúpula do regime a acatar a decisão do AI-5. Órgão da Presidência da República, o SNI foi responsável por prover os dirigentes com informações que enfatizaram o recrudescimento da guerra revolucionária e conspirações para a tomada do poder. A estimativa produzida pelo SNI se referia a uma estimativa concorde da comunidade de informações, sobretudo se considerarmos que os órgãos de inteligência das Forças Armadas alimentavam seus respectivos ministérios militares com informações e cujos representantes, integrantes do CSN, consentiram com a decisão de aplicar o AI-5.

A importância que tomou a estimativa para a decisão do AI-5 deve ser avaliada não só em função do papel central ocupado pelo SNI na alta hierarquia da estrutura estatal, que conferiu ao órgão de inteligência uma ampla expressão de autoridade. É preciso considerar também a qualidade do conteúdo prospectivo da estimativa e a crescente confiança na maior eficiência que os mecanismos de produção de informações alcançaram nos sistemas governamentais do ocidente contemporâneo¹⁶ e, em particular, no Brasil, sobretudo após a instauração do regime militar de 1964 e a organização do SNI. Desde então, a informação se tornou uma questão tão relevante quanto a questão política, a econômica ou o papel que as Forças Armadas deveriam desempenhar na sociedade brasileira. Ela se tornou o elemento central das decisões do Estado. Mais do que qualquer outro período anterior, o regime militar vinculou as decisões nacionais à aquisição de conhecimentos produzidos pela inteligência do Estado. As decisões dos dirigentes militares passaram a estar diretamente condicionada às informações produzidas pelos órgãos do sistema de inteligência.

Para confirmar a hipótese apresentada vamos analisar as Atas do CSN de julho, agosto e dezembro de 1968, focando as avaliações desenvolvidas pelo SNI e SG/CSN que levaram à decisão do AI-5. Em julho de 1968 a reunião CSN apreciou a conjuntura nacional e analisou os principais acontecimentos sob o aspecto de segurança interna. Cada um dos membros do conselho marcou posição de acordo com a função específica ocupada na estrutura do Estado. A análise de conjuntura nacional se desenrolou de acordo com os diagnósticos dos fatores político, psicossocial e militar e econômico. O prognóstico desenvolvido pelo SNI em julho de

¹⁶ Howe Harry Ransom (1972), cientista político americano, mostra em seu estudo sobre a estrutura e funcionamento da CIA, que exerceu influência na criação do SNI, como a comunidade de informações se utiliza de métodos científicos para produzir informações de segurança do Estado.

1968 foi reafirmado não só na reunião de agosto do mesmo ano, quando o CSN debateu o Conceito Estratégico Nacional, bem como na reunião de 13 de dezembro que resultou na decisão do AI-5: as análises convergiram para a estimativa de que a contrarrevolução estava nas ruas, conforme pronunciou, em dezembro de 1968, o general Médici, chefe do SNI.

“Isto porque Senhor Presidente, em uma reunião do Conselho de Segurança Nacional, no desempenho das funções que Vossa Excelência me atribuiu, como Chefe do Serviço Nacional de Informações, tive a oportunidade de fazer um minucioso relatório da situação nacional brasileira e demonstrar aos conselheiros por fatos e por ações que o que estava na rua era a contra-revolução”.¹⁷

O documento intitulado Conceito Estratégico Nacional, citado acima, era na verdade um plano de operações que supunha uma variada gama de cenários políticos que o regime poderia enfrentar. Apresentado em agosto, O CEN foi elaborado pela SG/CSN, contou com estudos realizados na ESG e Estado-Maior das Forças Armadas e estava estruturado da seguinte forma:

1a Parte - 1) Os Objetivos Nacionais Permanentes; 2) Os Elementos Essenciais da Política Governamental; 3) As Pressões Dominantes; 4) As Hipóteses de Guerra; 5) As Premissas de Segurança Interna. 2a Parte - 1) Os Objetivos de Segurança Nacional; 2) a Capacidade do Poder Nacional para a realização desses Objetivos; 3) Os Objetivos Nacionais Atuais Estratégicos, especificando os Objetivos de Guerra; 4) A Política de Consecução.¹⁸

Considerando as questões desenvolvidas no nosso trabalho, vamos reter do documento o item denominado “Pressões Dominantes”, que revela importantes apreciações dos integrantes do CSN sobre a conjuntura nacional do ano de 1968. Existem vários subitens referentes às “Pressão Dominantes”, entre eles, a “Pressão Comunista” que fornece importantes elementos para compreender as diferentes visões que existiam sobre a segurança interna.¹⁹

Nesse aspecto, o CEN assinala que a “Pressão Comunista” atuava nos campos psicossocial e político através da infiltração ideológica, propaganda

¹⁷ Presidência da República. Conselho de Segurança Nacional. Secretaria-Geral. Ata da quadragésima terceira sessão do Conselho de Segurança Nacional. Brasília, 13 de dezembro de 1968, p.20. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_n8/0/ata/0004/0003_f_071_085/br_dfanbsb_n8_0_ata_0004_0003_f_071_085_d0001de0001.pdf

¹⁸ Presidência da República. Conselho de Segurança Nacional. Secretaria-Geral. Ata da quadragésima segunda sessão do Conselho de Segurança Nacional. Brasília, 26 de agosto de 1968, p.12. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_n8/0/ata/0004/0002_f_039_070/br_dfanbsb_n8_0_ata_0004_0002_f_039_070_d0001de0001.pdf

¹⁹ Idem, p.2.

subversiva, sabotagem, atos de terrorismo, agitação social e tentativas de guerrilhas. Ela atingia, particularmente, os grandes centros urbanos e as áreas subdesenvolvidas com maior incidência nas áreas de intelectuais, jornalistas, artistas, estudantes, operários e trabalhadores rurais. Como uma pressão atual e potencial e com possibilidades de aumentar o seu poder, ameaçava todos os “Objetivos Nacionais Permanentes”. Associada às demais pressões, a pressão comunista poderia criar graves problemas de segurança interna e até mesmo, gerar um clima de guerra subversiva. De acordo com o documento, a política governamental tinha obtido controle de maneira efetiva sobre os efeitos dessa pressão, embora persistissem a infiltração comunista e a propaganda subversiva.

Enquanto o ministro do Exército classificou o texto sobre o CEN como um documento “primorosamente elaborado”, o ministro da Marinha e o chefe do SNI apresentaram visões divergentes daquela formulada pela Secretário-Geral do CSN, o general Jayme Portella. O almirante Augusto Rademaker observou que a política governamental tinha conseguido controlar, “parcialmente”, os efeitos da pressão comunista e reiterou que persistiam a infiltração dessa ideologia e a propaganda subversiva. Já o general Médici, embora concordasse que o sentido ideológico da pressão comunista estivesse sob controle de “maneira efetiva”, afirmou que a política governamental carecia ainda do “estabelecimento de uma estratégia adequada para enfrentar os novos processos da Guerra Revolucionária Mundial conduzida pelo Movimento Comunista Internacional”.²⁰

O debate em torno do CEN revela que havia um claro conflito no interior do CSN a respeito dos efeitos da política governamental sobre a pressão comunista: o secretário geral do CSN e o ministro do Exército viam como positivos os resultados da atuação governamental. O ministro da Marinha enfatizou que era parcial o controle exercido pelo governo sobre a ideologia comunista, enquanto o chefe do SNI defendeu a aplicação de uma estratégia apropriada para enfrentar a nova fase da guerra revolucionária comunista que se manifestava no crescimento das pressões internas e nas múltiplas contestações ao regime.

Neste ponto do trabalho nos perguntamos quais eram os atores que exerciam pressões sobre o regime. Quem eram os principais agentes da contrarrevolução apontados pelo SNI na reunião do CSN em julho e pelo CEN em agosto de 1968? Que papel desempenharam no cenário político? Qual o impacto da atuação dos atores contrarrevolucionários no pensamento das Forças Armadas? Na reunião do CSN que ocorreu em de julho de 1968 foram apresentados dois diagnósticos sobre a conjuntura nacional que são semelhantes e se completam. Eles foram produzidos pela SG/CSN e pelo SNI. Embora as avaliações convergissem para a visão de que estava em curso

²⁰ Idem, p.16,18 e 47.

uma guerra revolucionária ou contrarrevolução, a SG/CSN, com base em informações produzidas pelos serviços de inteligência, enfatizou em sua narrativa a influência comunista internacional sobre as forças políticas do país. A estimativa de que a contrarrevolução estava nas ruas sugeria para os integrantes do CSN um programa de ação repressiva para o regime enfrentar as principais fontes de ameaças internas de modo a responder ao que o SNI e a Secretaria Geral denominavam de “apreensão nas Forças Armadas”. Nessa questão, a narrativa do chefe do SNI desenvolvida na reunião do CSN de julho de 1968 é esclarecedora. O general Médici propôs “...medidas, em segurança com cobertura militar contra a ação subversiva”, de modo a “permitir o êxito dos empreendimentos e a volta da confiança ao governo, pelas Forças Armadas, responsável pela revolução de hum mil novecentos e sessenta e quatro e pelo próprio povo”.²¹

Estamos convencidos de que a estimativa apresentada pelo SNI no CSN em julho de 1968 e reafirmada em agosto pelo CEN e em dezembro de 1968 foi o resultado do trabalho conjunto dos órgãos da comunidade de informações. Ele teve origem quando o presidente Costa e Silva, no início do seu governo, anunciou a intenção de estabelecer alguma forma de “normalidade democrática”, o que levaria o regime a redefinir, em algum momento, o papel das Forças Armadas no exercício direto do poder. No decorrer no ano de 1967 e sobretudo no ano de 1968, os relatórios, estudos, informes, boletins e outras formas de comunicação produzidas pelos serviços de inteligência se disseminaram por todo o aparelho militar e órgãos governamentais com evidências de que movimentos contrarrevolucionários e antimilitaristas se articulavam para tomar o poder. A estimativa do SNI expressa na frase “a contrarrevolução está nas ruas”, apresentada nas reuniões do CSN entre julho e dezembro de 1968, reafirmou a percepção desenvolvida anteriormente pela inteligência militar de que movimentos de oposição, sob influência de lideranças populistas e comunistas, ocupavam o cenário político e ameaçavam as Forças Armadas e as instituições do regime de 1964. O que teve início em 1966 com o surgimento de um movimento civil de contestação representado pela Frente Ampla, poderia terminar com a derrocada da “Revolução de 1964” causada pela desobediência civil que se generalizara no decorrer do ano de 1968, conforme demonstravam os protestos estudantis, movimentos sindicais, ações armadas de esquerda e os discursos ofensivos às Forças Armadas como no caso do pronunciamento do deputado Márcio Moreira Alves no Congresso. No mês seguinte

²¹ Presidência da República. Conselho de Segurança Nacional. Secretaria-Geral. Ata da quadragésima primeira sessão do Conselho de Segurança Nacional. Brasília, 11 de julho de 1968, p.14. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_n8/0/ata/0004/0001_f_001_038/br_dfanbsb_n8_0_ata_0004_0001_f_001_038_d0001de0001.pdf

ao pronunciamento do deputado do MDB, em outubro, a imprensa repercutiu a reunião do Alto Comando das Forças Armadas convocada pelo presidente da República para discutir medidas de “equacionamento dos problemas que afetam a segurança nacional” apontados pelos serviços de inteligência militar.

Embora de caráter rigorosamente sigiloso, sabe-se que o encontro dos altos chefes da Marinha, Exército e Aeronáutica com o Presidente da República terá como tônica o estudo de vários relatórios apresentados pelo chefe do Serviço Nacional de Informações e outros órgãos de informações governamentais que comprovam a existência de um plano subversivo total.²²

Dessa forma deve ser compreendido o cenário que antecedeu a reunião do CSN em dezembro de 1968 e quando a decisão do AI-5 foi tomada já havia sido produzido um consenso interno às Forças Armadas sobre a necessidade de recrudescimento das medidas autoritárias. Havia pleno conhecimento de que as Forças Armadas apoiariam a visão dos chefes hierárquicos com a decretação do AI-5. Os militares como governo, bem como as Forças Armadas como instituição, compartilhavam a interpretação dominante desenvolvida sobre a conjuntura nacional, aquela produzida pelos serviços de inteligência, em particular o SNI. Fechados aos fluxos de informações da sociedade, sobretudo aqueles originados da imprensa e moldados pelas análises dos serviços de inteligência, os militares adotaram a perspectiva de que estava em andamento o processo de reversão da “Revolução de 1964”, com possíveis consequências políticas e jurídicas para os dirigentes responsáveis pela montagem do Estado após 1964. A divulgação da estimativa de que a contrarrevolução estava em curso, bem como as avaliações da inteligência militar produzidas no ano de 1967 e 1968, tiveram a finalidade de provocar um clima de insegurança nas corporações militares. O fantasma da volta ao passado, com a rearticulação do populismo com o comunismo, foi evocado e manipulado pelos órgãos da comunidade de informações na expectativa de se introduzir o debate em torno do tema do revanchismo, que foi uma das preocupações centrais de Lacerda ao criar a Frente Ampla. Por meio do manifesto lançado em outubro de 1966, ele afirmou:

A nossa voz é de protesto e de advertência em favor de uma saída democrática para o Brasil – enquanto é tempo. Não queremos a volta ao passado. O que nos move não é a nostalgia nem a vindita.²³

²² ALTO Comando estuda reforço da segurança. *Jornal do Brasil*, 20out1968, p.12.

²³ LACERDA acusa o governo de exercer política neofascista. *Jornal do Brasil*, 26out1966, p.3.

Em função da proximidade que tinha com setores das Forças Armadas, Lacerda imaginava se constituir numa espécie de fiador junto aos militares de que não haveria revanchismo na proposta de redemocratização da Frente Ampla. Embora só viesse a tomar força de fato no governo Geisel, o tema do revanchismo já fazia parte do ambiente político. Em julho de 1968, quando a imprensa ainda repercutia os grandes protestos de massa que ocorriam pelo país, o deputado federal David Lerer, que era líder da bancada do MDB-SP e foi cassado pelo AI-5, levantou a questão em seu pronunciamento:

“...existe hoje uma direita histórica no país, apavorada com o fantasma do revanchismo, mas a nação não tem culpa de que eles tenham a consciência pesada por todos os crimes cometidos desde 31 de março de 1964”.²⁴

Desde que o presidente Costa e Silva aventou a possibilidade de “normalização democrática”, os órgãos da comunidade de informações adotaram a estratégia de alimentar a percepção de risco crescente de reversão do jogo institucional e estimular os círculos dirigentes para uma reação às possíveis mudanças liberalizantes no regime. O discurso ganhou consistência no decorrer dos anos de 1967 e 1968 com a intensificação da contestação política que alcançou até mesmo o Congresso Nacional quando representantes arenistas da base política do governo votaram contra a licença para cassar o mandato do deputado Márcio Moreira Alves. A longa série de eventos de oposição nos anos de 1967 e 1968 e o pronunciamento do deputado do MDB contra as Forças Armadas foram tratados pela inteligência militar como parte de um plano para a tomada do poder com o objetivo de reverter o processo institucional criado desde 1964. Se é verdade que a ampliação da intervenção militar sempre esteve no horizonte ideológico do autoritarismo e foi sendo gestada pela cúpula militar do Estado desde a formação da Frente Ampla em 1966 e da rearticulação das chamadas forças antirrevolucionárias nos anos de 1967 e 1968, foi com o caso Márcio que os dirigentes deixaram de ter qualquer dúvida sobre a necessidade de aplicação de um ato institucional que garantisse a continuidade do regime. A contestação política que contaminara as bases políticas do governo no Congresso sinalizou para os dirigentes que havia caído o último bastião civil de apoio ao projeto de institucionalização do autoritarismo militar de 1964.

Diante desse cenário compreende-se os efeitos sobre o pensamento militar da estimativa “a contrarrevolução está nas ruas” apresentada pelo SNI na reunião do CSN em julho e dezembro de 1968, quando o órgão de inteligência avalizou a proposta de recrudescimento repressivo, decisão que visava impedir a desagregação da “Revolução”, conforme afirmou Costa e Silva. A estimativa do SNI, apresentada

²⁴ LERER propõe emenda sobre estado de sítio. Jornal do Brasil, 13jul1968, p.3

inicialmente em julho de 1968 no CSN, pavimentou o caminho para o AI-5 e representou a consolidação do papel da inteligência militar como o núcleo de poder com maior capacidade de influência sobre os rumos do regime. A consequência mais visível do processo de militarização que se seguiu à decretação do AI-5 foi a expansão do papel do SNI²⁵ e dos organismos de informações comandados pelas Forças Armadas, uma demanda que era vocalizada continuamente pelos próprios oficiais de inteligência e integrantes do complexo repressivo do regime. Na reunião do CSN que analisou o CEN, em agosto de 1968, o general Médici argumentou que as informações eram o instrumento principal da ação do governo para a consecução dos “Objetivos da Política Nacional, em seu duplo aspecto de Política de Segurança e Política de Desenvolvimento”. O chefe do SNI afirmou que a importância das informações se acentuava dadas as vulnerabilidades do país, ainda em desenvolvimento, e o grande número de pressões a que estava sujeito. O oficial de inteligência afirmou que a “obtenção de um Sistema Nacional de Informações de elevada eficiência” deveria constituir um “Objetivo de Segurança Nacional, por ser essencial a todos os demais objetivos”.²⁶

Com conhecimento qualificado e ocupando a linha de frente no combate aos inimigos internos, os oficiais dos serviços de inteligência se auto-representavam como portadores da máxima consciência revolucionária e se percebiam comprometidos com a pureza dos princípios doutrinários que orientaram a conquista do poder em 1964. Em consonância com a lógica autoritária que associava desenvolvimento com segurança, as circunstâncias da crise de 1968 exigiam não só medidas repressivas, mas sobretudo a ampliação do trabalho de inteligência, considerado essencial para o governo tomar conhecimento dos antagonismos e pressões internas que deveriam ser enfrentadas a fim do regime alcançar a estabilidade política.

Nesse sentido, a estimativa do SNI “A contrarrevolução está nas ruas” não se referia a um setor da oposição em particular, mas a uma intensa e inédita vaga contestatória que havia dominado ambiente político e exigia uma resposta adequada por parte do regime. Documento do CIE intitulado “Atividades terroristas no país. Período: jan.68 - jan.69”, datado de 16 de janeiro de 1969, indicou os efeitos da

²⁵ Decreto de 16 de junho de 1970 instituiu o Plano Nacional de Informações, que se tornou a base legal para a criação do Sistema Nacional de Informações (SISNI), do qual faziam parte os serviços de inteligência da Marinha, Exército e Aeronáutica e os serviços de informações das polícias militares, as DSI e ASI, Polícia Federal e Polícia Civil. Sobre o tema, veja: (LAGOA, 1983); (QUADRAT, 2000); (ANTUNES, 2001); (FICO, 2003; 2004).

²⁶ Presidência da República. Conselho de Segurança Nacional. Secretaria-Geral. Ata da quadragésima segunda sessão do Conselho de Segurança Nacional. Brasília, 26 de agosto de 1968, p.46. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_n8/0/ata/0004/0002_f_039_070/br_dfanbsb_n8_0_ata_0004_0002_f_039_070_d0001de0001.pdf

repressão generalizada²⁷ que se abateu sobre as oposições em 1968, percebidas pela inteligência militar como um movimento único e articulado de caráter contrarrevolucionário. Entre as conclusões apresentadas, o documento destaca que “O número de atentados caiu vertiginosamente a partir de novembro, coincidindo com o retrocesso da subversão na área estudantil, após a prisão dos principais líderes em Ibiúna”. O texto assinala que “Após a publicação do AI 5, o terrorismo recrudescceu violentamente, em consequência da perda, pelos esquerdistas, do apoio da imprensa e da área política...”²⁸

Com efeito, a estimativa produzida pelo SNI, representada pela ideia de que a contrarrevolução estava em curso, foi o desdobramento dos trabalhos realizados nos anos de 1967 e 1968 pelo sistema de inteligência, compreendido como uma ampla estrutura centralizada de comunicação interna, com expressiva capacidade de persuasão e alinhada aos valores da ideologia de segurança nacional. Os relatórios, boletins, textos analíticos, estudos e demais documentos com informações sigilosas, confeccionados pelos órgãos de inteligência, representavam para autoridades militares a verdadeira interpretação dos acontecimentos, no sentido de como realmente ocorriam os fatos, em contraposição às versões da imprensa que era vista com desconfiança e considerada um setor da opinião pública infiltrado de agentes comunistas e, portanto, fonte de deturpações sobre a atuação dos governos militares. Em diversos documentos a inteligência militar colocou a imprensa na posição de ator que compartilhava com suas coberturas jornalísticas o comportamento subversivo das oposições.

As análises do SNI apresentaram uma definição abrangente de oposição. Entre os atores citados, quatro ganharam destaque ao exercerem ações de confronto com o regime e foram considerados contrarrevolucionários. São eles: a Frente Ampla; os protestos estudantis; os movimentos sindicais e as ações armadas das

²⁷ O AI-5 marcou o início da institucionalização do terceiro ciclo repressivo, que se desdobrou, em seguida, na decretação da Lei de Segurança Nacional de 1969. Deputados da Arena e, principalmente, do MDB tiveram seus mandatos cassados. Líderes estudantis foram presos e os sindicatos sofreram novas intervenções. Além dos órgãos políticos representativos, os expurgos atingiram universidades, redes de informação e o aparato burocrático do Estado. O emprego da violência física direta, que em 1964 limitara-se a trabalhadores e camponeses, generalizou-se para todos os setores sociais com o AI-5 (ALVES, 1989, p. 141).

²⁸ Ministério do Exército. Gabinete do Ministro. CIE-S/103. Atividades terroristas no país. Período: jan.68 -6 jan.69. 16 de janeiro de 1969. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_aaj/0/ipm/0034/br_dfanbsb_aaj_0_ipm_0034_d0001de0001.pdf

organizações revolucionárias. Dentro da constelação oposicionista apresentada pela inteligência militar, que ator ocupou o papel central no cenário político, foi capaz de mobilizar a opinião pública nacional e representou uma ameaça à continuidade dos projetos do regime? Minha hipótese é que a Frente Ampla desempenhou, para a inteligência militar, o papel de agente catalisador da desobediência civil que se expandiu no decorrer do ano de 1968. Surgida das divergências internas ao regime, a Frente Ampla transformou-se em foco disseminador da contestação política. Com capital político acumulado e principal liderança da Frente Ampla, Lacerda reproduziu nos governos de Castelo e Costa e Silva a estratégia empregada anteriormente contra Vargas e Goulart. Ele perseguiu dois objetivos simultaneamente. Em termos estratégicos, articulou um amplo movimento de oposição por meio de uma campanha de opinião pública cuja bandeira central era a restauração da democracia. Diferentemente dos anos passados, quando apregoava golpes militares como tática de luta, a Frente Ampla procurou paralisar o sistema institucional criado por Castelo Branco (Carta de 1967), seja organizando um terceiro partido para constituir maioria no Congresso, seja exercendo pressão moral sobre os representantes do MDB e Arena para reagirem contra tutela do governo. Para hegemonizar o campo oposicionista e atrair dissidentes, Lacerda passou a criar fatos políticos de repercussão na opinião pública, atacando constantemente e frontalmente por meio da imprensa o regime e as Forças Armadas e responsabilizando-os pela continuidade do autoritarismo e militarização do país. Dessa forma, Lacerda justificou seu afastamento do regime e sinalizou para a sociedade que os dirigentes haviam rompido o acordo em defesa da democracia estabelecido em 1964 quando Goulart foi deposto.

Pregando a volta da democracia, Lacerda mobilizou o ressentimento político dos excluídos pelo regime ditatorial. Nesse ponto cabe perguntar se as comunicações políticas de Lacerda ganharam repercussão. Era de domínio público que os órgãos de inteligência acompanhavam as atividades de Lacerda. Antes mesmo do lançamento do manifesto inaugural do movimento, o CENIMAR registrou em documento, datado de 28 de setembro de 1966 (“Difusão: Chefe do CMM, M20, 2ª Sec. do EMEx, 2ª Sec. EMAER, D2 MG, SNI/ARJ, CSN, SSN/MJNI, CENIMAR”), que Carlos Lacerda “...iniciou os apelos pela Frente Ampla com um chamado às armas...” e se preparava para realizar “ações diretas” contra o governo Castelo Branco.²⁹ Após a Frente Ampla ter sido criada formalmente e lançado o manifesto pela restauração da democracia, o general Jayme Portela assinalou em suas memórias o impacto na opinião pública provocado pelo movimento oposicionista. Segundo o chefe do

²⁹ Ministério da Marinha. Estado-Maior da Armada. Centro de Informações da Marinha. Relatório Reservado de 23 a 29 de setembro de 1966. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/0127/br_rjanrio_tt_0_mcp_pro_0127_d0001de0001.pdf

Gabinete Militar, “Desta peregrinação e contatos de toda a natureza, o Sr. Lacerda formou o movimento político que denominou “Frente Ampla”, que passou a agitar as áreas políticas e estudantis do país” O oficial militar assinalou que, por conta da imprensa livre, Lacerda atacava “o governo, não lhe dando tréguas para prosseguir no cumprimento do seu programa de realizações” (MELLO, 1979, p.520). A mesma avaliação do general Jayme Portella foi compartilhada pela Agência do SNI do Rio de Janeiro que fez uma abrangente análise do quadro político com foco nos antagonismos e pressões internas. O documento (Difusão: “Ch SNI”) acompanha as atividades e articulações da Frente Ampla de abril a outubro de 1967. Com relação ao mês de setembro, em particular, a análise destaca: “Volta o movimento a constituir-se no maior centro das atenções e debates através da imprensa”. Em seguida o texto acrescenta: “É de admitir-se que a FA venha apoiar todas as campanhas conduzidas contra o governo, inclusive as dos estudantes”.³⁰ Nessa linha de interpretação sobre as ações da Frente Ampla também se posicionou o documento difundido pela Subchefia de Operações e Informações do Estado-Maior da Aeronáutica, datado de 16 novembro de 1967 (“Difusão: GABAER; ZONAER. Difusão anterior: “SNI/ARJ, SEC/CSN, CIE, CENIMAR, DFSP, DSI/MEC, DOPS/GB, DSI/MT, DSI/MA, DSI/MC, DSI/MP, DSI/ME, GM, DSI/MI, DSI/MF, DSI/MME. DSI/MS, DSI/MIC, DSI/MJ”). O documento difundido pelo órgão de informações da Aeronáutica observou que em diversos estados da federação estavam ocorrendo manifestações de trabalhadores, através de suas organizações de classe, contra a política salarial do governo (chamada de arrocho salarial”. Entre os “Fatores que influenciam” o movimento dos trabalhadores, o documento apontou: “A Frente Ampla, vem explorando e dando maior vigor ao movimento, a fim de criar prestígio junto as massas”³¹ Além de registrar a influência da Frente Ampla sobre o movimento sindical, a Subchefia de Operações e Informações do Estado Maior da Aeronáutica revela as articulações de Lacerda com os estudantes. O documento datado de 28 de novembro de 1967 informou que representações estudantis estavam se incorporando à “Frente Ampla do Sr. Carlos Lacerda”: “Aos estudantes caberá o trabalho de rua, objetivando popularizar o movimento”.³² Finalmente cabe destacar o documento do CIE, datado de fevereiro

³⁰ Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. Agência do Rio de Janeiro. Informação No 1262. SNI/ARJ. Abril/outubro, 1967. Disponível em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ccc/82006909/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_82006909_d0001de0001.pdf

³¹ Ministério da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Subchefia de Operações de Informações. 2ª Seção. Informação No 419. EMAER, 16nov1967. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_vaz/0/0/14057/br_dfanbsb_vaz_0_14057_d0001de0001.pdf

³² Ministério da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Subchefia de Operações de Informações. 2ª Seção. Informação No 802. EMAER, 28nov1967. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_vaz/0/0/14066/br_dfanbsb_vaz_0_14066_d0001de0001.pdf

1968 (“Difusão: SNI/ARJ - CENIMAR”, GABAER-ZONAER 4”), que empregou a mesma argumentação do general Jayme Portella e da Agência do SNI do Rio de Janeiro. O foco do texto são as ações de Lacerda em São Paulo, “onde na segunda quinzena de março fará um pronunciamento político no triangulo ABC”. O CIE avaliou que o pronunciamento era inédito e “Caso o Governo não tome nenhuma atitude coercitiva, a Frente Ampla desencadeará em todo o Brasil seu programa ostensivamente”.³³

O que podemos deduzir das considerações apresentadas pelo ex-chefe do Gabinete Militar, general Jayme Portella, assim como pelo SNI, CIE, CENIMAR e o órgão de informações da Aeronáutica a respeito da capacidade de articulação e repercussão na opinião pública das atividades políticas de Lacerda? Havia uma clara percepção que era compartilhada pelos serviços de inteligência e a cúpula militar. Era expressiva a influência da Frente Ampla desde a sua criação, ocupando os noticiários da imprensa e causando perplexidade aos integrantes do regime. No âmbito da representação política, era notória a atração que alguns integrantes do MDB e até mesmo da Arena sentiram pela Frente Ampla a ponto de estabelecerem ligações com o movimento. Diante do crescente sentimento de oposição ao regime militar que se desenrolou no ano de 1968, como podemos pensar o comportamento do Congresso que rejeitou cassar o mandato do deputado Marcio Moreira Alves? Seria também este caso um efeito da influência das atividades da Frente Ampla? Acreditamos que o caso Márcio Moreira Alves representou para os dirigentes militares o último elo da contestação política que se espalhou pela sociedade e afetou até mesmo a base parlamentar do regime. O Ministro do Exército na reunião do CSN em 13 de dezembro afirmou que o “O episódio do deputado Márcio Moreira Alves, deve ser, no quadro da subversão que está em marcha, encarado, apenas como um dos numerosos e gravíssimos episódios de crises sucessivas, pelas quais, toda a Nação está reclamando uma atitude das Forças Armadas”.³⁴ Se o caso Márcio foi assim percebido, a derrota de Costa e Silva no Congresso no dia 12 de dezembro sinalizou para os dirigentes militares que o espírito da desobediência que havia contaminado diversos setores da sociedade civil, havia também atingido as bases políticas do governo, colocando em questão o projeto de institucionalização do regime. Se é

³³ Ministério da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Subchefia de Operações de Informações. 2ª Seção. Origem: CIE. Informação No 0050. EMAER, 14mar1968. Disponível em:http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_vaz/0/0/09791/br_dfanbsb_vaz_0_0_09791_d0001de0001.pdf

³⁴ Presidência da República. Conselho de Segurança Nacional. Secretaria-Geral. Ata da quadragésima terceira sessão do Conselho de Segurança Nacional. Brasília, 13 de dezembro de 1968, p.7. Disponível em:http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_n8/0/ata/0004/0003_f_071_085/br_dfanbsb_n8_0_ata_0004_0003_f_071_085_d0001de0001.pdf

verdade que devemos levar em consideração os específicos motivos que provocaram as ações oposicionistas no decorrer dos anos de 1967 e 1968 – Frente Ampla, protestos estudantis, movimentos sindicais e ações armadas das organizações revolucionárias – eles convergiram para um ponto em comum: a contestação aberta ao regime militar. Esse sentimento comum contaminou o ambiente político e dessa perspectiva deve também ser compreendido o caso Márcio em dezembro de 1968, quando deputados da Arena, descontentes com o governo, se somaram aos do MDB para reagir à tutela sobre o Congresso. Assim registrou uma coluna política, no dia seguinte, no calor dos acontecimentos.

“Há uma suspeita antiga, mantida pelo radicalismo de 1964 em relação ao Congresso e ao Judiciário. A suspeita alimentou o temor de que dos dois poderes viria, na oportunidade adequada, a contestação política da revolução. O encaminhamento do pedido de licença para o processo contra o deputado Márcio Moreira Alves constituiu também um teste político para a Câmara onde tradicionalmente são recusados os pedidos dessa natureza, a fim de verificar seu grau de submissão”.³⁵

A participação de parlamentares na Frente Ampla e a difusão de discursos que confrontavam as Forças Armadas e o regime foram critérios que motivaram as cassações dos parlamentares do MDB e da Arena. Delgado estima que 56% dos deputados federais cassados pelo AI-5 tiveram algum contato com a Frente Ampla. Dos cinco senadores cassados pelo AI-5, todos eram ligados à Frente Ampla (DELGADO, 2013, p.216). Essa análise é corroborada pela explicação do Ministro da Justiça, Gama e Silva, a respeito dos argumentos que fundamentaram as punições dos representantes políticos: “O critério que adotamos foi cassar todos aqueles que foram membros da Frente Ampla”.³⁶ Cabe observar que as decisões sobre as cassações, conforme as Atas das reuniões do CSN realizadas após a edição do AI-5 de dezembro de 1968, eram precedidas pela apresentação de informações recolhidas pelo SNI e pelos serviços de inteligência das Forças Armadas, que justificavam as acusações de crime político praticadas pelos diversos atores.

Documento do SNI da Agência do Rio de Janeiro que mapeou e analisou o movimento da Frente Ampla de abril a outubro de 1967 apresenta uma lista de personagens que pode ser considerada o prenúncio das cassações que atingiriam os representantes políticos com o AI-5.³⁷ Fazem parte da lista do SNI os que até então

³⁵ A decisão da Câmara reabre a desconfiança original. Coisa de Política. Jornal do Brasil, 13dez1968, p.6.

³⁶ Arquivo Nacional. *Ata da 45ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional realizada em 16 de janeiro de 1969*. Brasília, p. 91. Extraído de DELGADO (2013, p.217).

³⁷ Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. Agência do Rio de Janeiro. Informação No 1262. SNI/ARJ. Abril/outubro, 1967.

tiveram ligações ou declararam na imprensa apoio à Frente Ampla. A evidência nos possibilita afirmar que, bem antes da crise de 1968, o regime já havia selecionado os representantes que seriam alvo de punições. Os personagens mais importantes da oposição que foram cassados com o AI-5 estão citados nesse documento. Da lista do SNI com 61 personagens, 46 foram cassados e perderam os direitos políticos com o AI-5. Entre os que foram cassados com o AI-5 e estão registrados na lista do SNI confeccionada em meados de 1967 constam Carlos Lacerda, três ex-presidentes, 35 representantes do MDB, 12 representantes da Arena, além de jornalistas, professores, editores e escritores.³⁸

A importância do papel oposicionista desempenhado pela Frente Ampla fica evidenciada na reunião do CSN de julho de 1968, dois meses antes de ocorrer o caso Márcio Moreira Alves. O movimento liderado por Lacerda ocupou um lugar central na análise desenvolvida pelo chefe do SNI, o general Médici. Embora formalmente não existisse mais, a Frente Ampla foi o primeiro ator citado no texto da inteligência militar. Apesar da proibição em abril de 1968, a Frente Ampla permanecia como um espírito que assombrava o regime, encarnado sobretudo na liderança de Lacerda que possibilitara a rearticulação dos políticos cassados como Juscelino Kubitschek e João Goulart. A fim de justificar a punição de Lacerda, o texto apresentou um histórico da Frente Ampla e assinalou que o movimento assumiu um caráter subversivo ao declarar que “apoiaria qualquer medida para a “derrubada da ditadura”. O movimento, segundo a Ata da reunião do CSN, pregou a união das oposições, inclusive com a esquerda, para “empalmar o Governo Federal, pelo voto ou pela força”. Para alcançar esse fim estabeleceu “contatos em todas as áreas, com líderes políticos, de toda a espécie, chegando a assinar pactos com elementos cassados, em ostensiva e provocadora atitude de hostilidade ao Governo Federal”. Declarações de Lacerda para a imprensa foram apresentadas pelo texto do SNI indicando que a Frente Ampla contestava as decisões do governo Costa e Silva e “trabalharia, ainda que sob proibição do Governo Federal, em atividade clandestina, se necessário.” O mesmo argumento foi desenvolvido no texto apresentado pelo Secretário Geral do CSN, conforme a Ata de julho de 1968. O documento registra a tentativa de rearticulação da Frente Ampla “sob outras formas, inclusive rebatizando-o como “Liga Nacionalista”, buscando envolver autoridades como o General Pery Constant Bevilacqua ou políticos como o Senador Carvalho Pinto”.³⁹

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ccc/82006909/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_82006909_d0001de0001.pdf

³⁸ Veja a lista no Anexo. Título: “Elementos que se pronunciaram a favor da FA através da imprensa”.

³⁹ Presidência da República. Conselho de Segurança Nacional. Secretaria-Geral. Ata da quadragésima primeira sessão do Conselho de Segurança Nacional. Brasília, 11 de julho de 1968, p.7. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/>

O caráter antirrevolucionário e antimilitarista da Frente Ampla apontado na reunião do CSN de julho de 1968 também está afirmado no documento da Agência do Rio de Janeiro do SNI que acompanhou as atividades do movimento de abril a outubro de 1967. De acordo com o texto, a Frente Ampla visava “obter o poder político através de certa metodologia de ação política comum, na escalada antirrevolucionária para as eleições diretas, anistia, revisão das cassações, numa euforia de redemocratização, antimilitarismo e nacionalismo”.⁴⁰ O documento do SNI datado de 1967 revela de forma bem clara que a Frente Ampla liderada por Lacerda se tornara o inimigo número um do regime, pela capacidade de se articular com diversos setores políticos e sociais e se tornar um dos assuntos mais presentes nos noticiários dos jornais. De fato, no ato de sua criação em outubro 1966, diversos representantes da imprensa repercutiram a ousadia de Lacerda, um dos principais líderes civis do golpe de 64 que materializava com a Frente Ampla um programa político de confronto com governo Castelo. Embora tenha apresentado uma ampla diversidade de questões - revisão constitucional, nacionalismo econômico, liberdade de imprensa, política externa independente, entre outras - o ponto central do Manifesto era a restauração da democracia com eleições livres de modo que os líderes pudessem representar a vontade do povo, Uma vez que o regime democrático não era instalado, o documento afirmou claramente que o poder fora usurpado do povo, contrariando o compromisso estabelecido para afastar o presidente Goulart. Uma crise de confiança “tornou-se uma trágica realidade sob o atual governo, que acabou com as eleições”. Sem a participação do povo nas decisões que marcam seu destino, o regime foi definido por Lacerda como neofascista, caracterizado pelas políticas que tutelam as instituições. A autenticidade da representação partidária foi desvirtuada e vontade do Legislativo, como expressão da soberania do povo, estava sendo deturpada. O poder antidemocrático que se impôs pela coação e intimidação, assinalou Lacerda, foi ocupado pelas armas e o “Exército, só ele, tornou-se o responsável pelos destinos do país”. Embora não tenha recebido nenhuma procuração do povo, o “Exército está mandando no país”. Diante desse cenário, Lacerda conclamava o povo a recuperar seus direitos exigindo a convocação, “a curto prazo, de eleições livres pelo voto secreto e direto”.⁴¹

br_dfanbsb_n8/0/ata/0004/0001_f_001_038/br_dfanbsb_n8_0_ata_0004_0001_f_001_038_d0001de0001.pdf

⁴⁰ Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. Agência do Rio de Janeiro. Informação No 1262. SNI/ARJ. Abril/outubro, 1967. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ccc/82006909/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_82006909_d0001de0001.pdf

⁴¹ LACERDA acusa o governo de exercer política neofascista. Jornal do Brasil, 28out1966, p.3.

O manifesto condensou os pontos programáticos da Frente Ampla que Lacerda divulgou continuamente pela imprensa mesmo após a proibição do movimento, em abril de 1968, quando tiveram início os grandes os protestos estudantis, seguidos dos movimentos operários de Contagem e Osasco e das primeiras ações armadas executadas pelas organizações revolucionárias de esquerda. Nesse contexto de enfrentamento com o regime, o caso Márcio não foi um ponto fora da curva. Assim argumentou o Ministro da Justiça na reunião do CSN, em dezembro de 1968, quando defendeu o AI-5. Ele afirmou que a Constituição de 1967 estava ultrapassada uma vez que não havia correspondido às necessidades revolucionárias. Apresentou como evidência o fato de que a “A subversão que surgiu nos mais variados setores e atingiu, também, o Congresso Nacional”. Definiu como “autêntica subversão contra o regime, o comportamento da Câmara dos Deputados, em particular, do Partido que deveria apoiar o governo e que se quis até chamar de "Partido da Revolução".⁴² Diante dessas considerações, acreditamos que o caso Márcio Moreira Alves não foi um mero pretexto para a aplicação do AI-5. Foi o acontecimento político mais importante no final do ano de 1968 que motivou definitivamente os dirigentes por uma solução repressiva legal no campo da segurança interna, prevista no documento intitulado Conceito Estratégico Nacional, discutido na reunião do CSN, em agosto de 1968.⁴³ Em termos de gravidade e consequência política para o projeto de institucionalização do regime, o caso Márcio se equivale ao surgimento da Frente Ampla, aos protestos estudantis e sindicais, bem como às ações das organizações revolucionárias. O caso Márcio completou o quadro de uma sequência de contestações políticas sem precedentes e sinalizou para os dirigentes que o regime se encontrava isolado perante a sociedade civil e só contava com as Forças Armadas.

A análise até aqui desenvolvida nos permite concluir que a derrota do governo na votação para cassar o deputado Márcio Moreira Alves foi tratada pelo regime como parte de uma campanha articulada pelos setores de oposição para desestabilizar o governo e tomar o poder. Compreendida como o desdobramento da contestação política que se generalizou no decorrer do ano de 1968, a negação do Congresso para suprimir os direitos políticos do deputado do MDB sinalizou para os dirigentes que a

⁴² Presidência da República. Conselho de Segurança Nacional. Secretaria-Geral. Ata da quadragésima terceira sessão do Conselho de Segurança Nacional. Brasília, 13 de dezembro de 1968, p.25. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_n8/0/ata/0004/0003_f_071_085/br_dfanbsb_n8_0_ata_0004_0003_f_071_085_d0001de0001.pdf

⁴³ Presidência da República. Conselho de Segurança Nacional. Secretaria-Geral. Ata da quadragésima segunda sessão do Conselho de Segurança Nacional. Brasília, 26 de agosto de 1968, p. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_n8/0/ata/0004/0002_f_039_070/br_dfanbsb_n8_0_ata_0004_0002_f_039_070_d0001de0001.pdf

desobediência surgida em diversos setores da sociedade também atingira as bases partidárias do governo e colocou em questão o projeto de institucionalização do modelo de democracia idealizado pelos dirigentes autoritários, do qual o Legislativo era peça central para autenticar as decisões do poder militar (CARVALHO, 2019).

A resposta do regime aos movimentos de oposição política nos anos de 1967 e 1968 foi proporcional à estimativa produzida pelo SNI de que a contrarrevolução estava nas ruas. Defendemos que o AI-5 foi o ato final de uma reação interna às mudanças do regime anunciadas pelo presidente Costa e Silva quando assumiu o governo e afirmou a intenção de estabelecer alguma forma de “normalidade democrática”. Diante de possíveis mudanças liberalizantes, a inteligência militar passou a difundir informações com a finalidade de alertar para o crescente risco institucional que o regime e as Forças Armadas corriam. O discurso ganhou densidade com a ampliação da contestação política no ano de 1968, considerada pelos dirigentes um plano de assalto ao poder de caráter antimilitarista e revanchista. As atividades da Frente Ampla, protestos estudantis, movimentos sindicais, ações armadas da esquerda e discursos parlamentares de ataques às Forças Armadas transformaram o país num verdadeiro campo de batalha que envolveu diversos setores sociais com expressiva representação na opinião pública e disposição para o enfrentamento aberto contra o regime. Somaram-se às forças liberais dissidentes os movimentos articulados pelos setores trabalhistas e comunistas – reformistas e revolucionários – e essa coalizão oposicionista produziu um ambiente político que era o inverso daquele projetado pelos dirigentes no ano de 1964: uma sociedade desmobilizada, despolitizada e sem instrumentos organizatórios e críticos para se opor à institucionalização de um modelo de democracia autoritária que excluía das decisões políticas a grande maioria da população.

No âmbito desse cenário é que devemos compreender os efeitos psicológicos provocados pelos trabalhos da inteligência que foram realizados durante os anos de 1967 e 1968 e culminaram na estimativa “a contrarrevolução está nas ruas”, apresentada no CSN em dezembro. Eles acionaram os mecanismos profundos de defesa do regime que estavam adormecidos com a conquista do poder em 1964 e mobilizaram as consciências militares para a necessidade de resgatar o espírito de combate e enfrentar o inimigo interno. Texto com expressivo significado político e ideológico, a estimativa construída pelo SNI condensou um conjunto de imagens e argumentações que desafiaram o poder militar a reagir contra os ataques às Forças Armadas e às instituições criadas pelo autoritarismo de 1964. A decretação do AI-5 foi uma solução militar para superar a crise de dominação do regime e representou a consolidação do sistema de inteligência como o centro de poder com maior autoridade para definir as estratégias de segurança do Estado. Operando por trás das fachadas dos poderes ostensivos, os serviços de inteligência se constituíram na autêntica

expressão das aspirações militares. Após a crise de 1968, o sistema de inteligência conduzido pelo SNI se afirmou como o verdadeiro partido militar do regime, uma estrutura de poder que mobilizava a opinião castrense, repercutia as demandas das corporações e dividia as responsabilidades de governo.

Terminada nossa análise, nos perguntamos que elementos devemos extrair desse esquema interpretativo que considerou a inteligência comandada pelos militares como a estrutura de poder dominante após a crise de 1968. Que questões poderiam contribuir para iluminar os rumos que o regime tomou. Na conjuntura pós-AI-5, uma cadeia de fatos são marcantes, estão intimamente associados e seguem uma rigorosa lógica cronológica: 1) expansão das ações armadas das organizações revolucionárias com ataques às instalações militares; 2) a criação da OBAN que passou a representar uma nova estrutura de informações e um centro de poder comandado por oficiais do Exército; 3) impedimento do general Costa e Silva para exercer a presidência; 4) sequestro do embaixador dos EUA realizado por meio de uma aliança de organizações de esquerda; 5) eleição do general Médici para a presidência da República, então comandante do III Exército, ex-chefe do SNI e representante maior da comunidade de informações, além de principal avalista do ato de recrudescimento do autoritarismo que resgatou o sentimento de confiança das Forças Armadas no governo. Que papel a hierarquia militar esperava do general Médici diante do regime cuja dinâmica era dada pelas disputas entre facções militares visando o controle do poder? Na resposta a esta questão encontra-se o desafio enfrentado pelo presidente Médici que viu na inteligência militar o caminho para exercer o poder do Estado, garantir a autoridade do governo e apaziguar os ânimos internos das Forças Armadas.

Referências

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- ANDREAZZA, Mario David. *O Serviço Nacional de Informações*. Curso Superior de Guerra. Rio de Janeiro: ESG, 1964.
- ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN: uma leitura dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. São Paulo: FGV, 2001.
- CARVALHO, Aloysio Castelo de. *Liberalização e Tutela Militar: o governo Geisel*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- CARVALHO, Aloysio Castelo de. *Inteligência e Segurança Nacional no Brasil pós-1964: A Comunidade de Informações*. Appris. Curitiba, 2021.
- CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis. Revolta e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CODATO, Adriano. *O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas*. História - Questões & Debates, Curitiba, n.40, p.11-36, 2004.

DELGADO, Márcio de Paiva. *A Frente Ampla de oposição ao regime militar (1966-1968)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

FICO, Carlos. Espionagem, Polícia Política, Censura e Propaganda. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (org.). *O Tempo da Ditadura: Regime Militar e Movimentos Sociais em Fins do Século XX – O Brasil Republicano*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. *Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula*. 1927-2005. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

GASPARI, Elio. *A Ditadura. A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

GUEDES, Edison Boscacci et al. *Relatório segurança e desenvolvimento na área de informações*. Grupo 11. ESG, 1980.

JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem. Os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LAGOA, Ana. *SNI: como nasceu, como funciona*. Brasiliense. São Paulo, 1983.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos, Ed. UFSCar, 1995.

MELLO, Jayme Portella de. *A Revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira, 1979.

MONTEIRO, Sady Magalhães; CAVALCANTE, Roberto Julião. *A Censura em face da Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: ESG, 1963.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Sobre as origens e motivações do ATO Institucional 5*. Rev. Bras. Hist. 38 (79) • Sep-Dec 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbh/a/jZh4sttTXLWN5KJMWXJNQzt/abstract/?format=html&lang=pt>.

MOURA, Heitor Pinto de; CHAVES, Sebastião Ferreira; FERREIRA, Luis; SAMPAIO, Edgar Cesar; SAMPAIO, Mário Orlando Ribeiro. Equipe da DAICI. Curso de Informações. *As informações e a segurança nacional*. Conferência proferida na ESG, 9 abr. 1970.

QUADRAT, Samantha Viz. *Poder e informação: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2000.

RANSOM, Howe Harry. *Informações centralizadas e segurança nacional*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1972.

SAMPAIO, Mario Orlando Ribeiro e outros. *Categorias de Informações. Informações Correntes, Estimadas e Estratégicas*. Equipe da DAICI. Curso de Informações. Estado Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 1970.

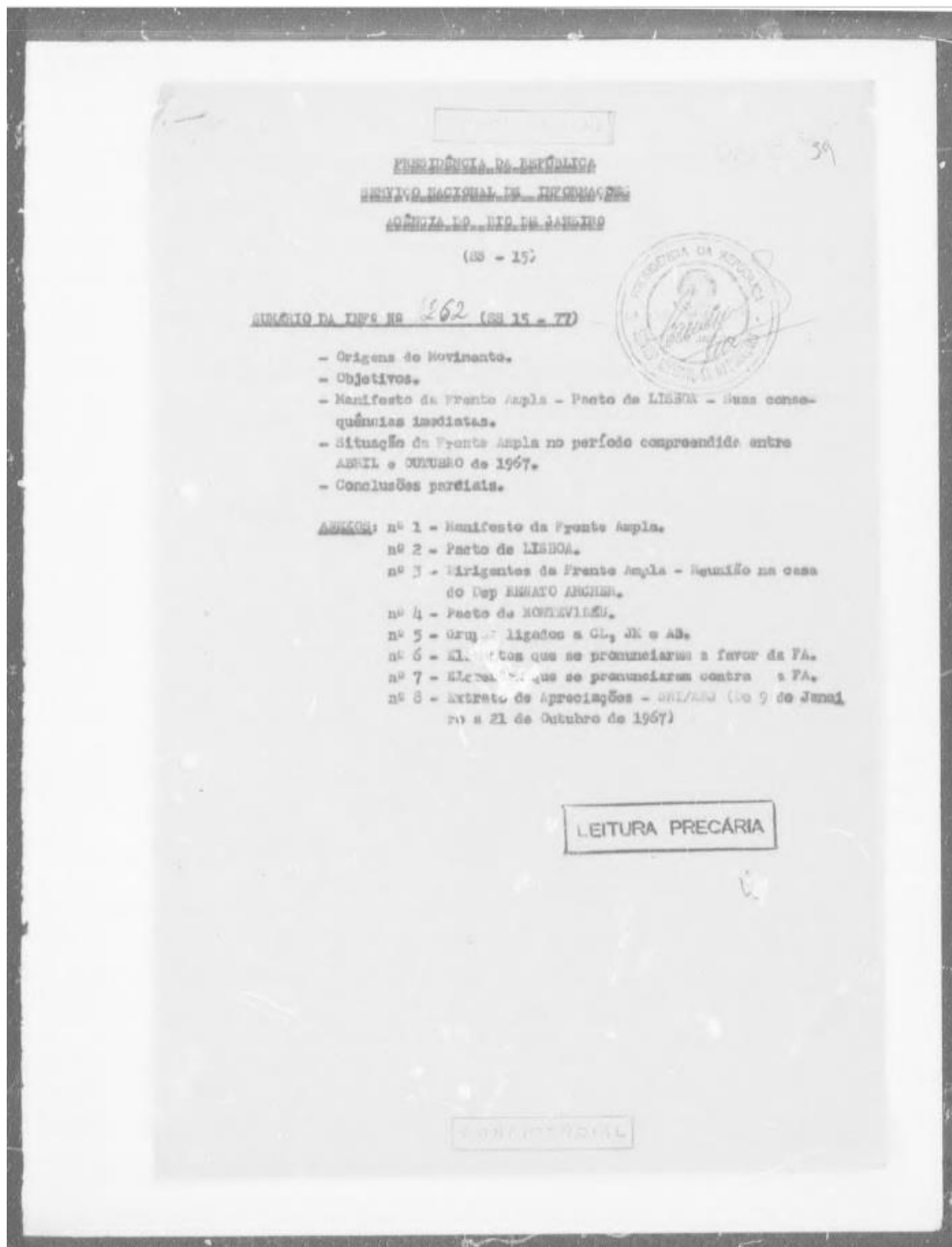
SAMPAIO, Mario Orlando Ribeiro; FERREIRA, Luiz; *As estruturas das informações de segurança no Brasil. Aspectos conjunturais*. Curso de Informações. Equipe da DAICI. ESG, 11 maio 1970.

SILVEIRA, Renê José Trentin. *Educação e Segurança Nacional no contexto pós-1964*. Movimento. Revista de Educação. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal Fluminense. Ano 3 No 5 – 2016: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32610/18745>.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

VIANA FILHO, Luís. *O governo Castelo Branco*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

ANEXOS



COPIA
ANEXO Nº 3 à Info nº 202 (SS 15 - 77)

1. - MEMBROS DA FRENTE AMPLA:

- 1.1 - SECRETARIA EXECUTIVA: RENATO ARCHER (MDB/BA)
1.2 - ASSESSORIA TÉCNICA: CELSO FURTADO

2. - ELEMENTOS INCARCERADOS DE ORGANIZAM A FRENTE AMPLA EM SEUS ESTADOS:

MARTINS RODRIGUES (MDB/CE) - Enc no Ceará
OSWALDO LIMA FILHO (MDB/PA) - Enc em PERNAMBUCO
MÉLIO COVAS (MDB/DF) - Enc em SÃO PAULO
ARTUR VIRGÍLIO (SEN - MDB/AM) - Enc no AMAPÁ
JOSAFÉ MARINHO (SEN - MDB/BA) - Enc na BAHIA
CELSO PASSOS e SÉRGIO DA CUNHA (MDB/SC) - Enc em MINAS GERAIS
MAURO MACALEIRO (MDB/RS/GO) - Enc na GUANABARA
SALVADOR MANDIM (MDB/RS/GO) - Enc na GUANABARA

3. - Elementos que estiveram reunidos na casa do Dep RENATO ARCHER no dia 4 set 67, decidindo sobre a formação da FAZ - RENATO ARCHER (MDB/BA), JUCILIO RUDYCHUCK, CARLOS LACERDA, OSWALDO LIMA FILHO (MDB/PA), MARTINS RODRIGUES (MDB/CE), MÉLIO COVAS (MDB/DF), WILSON MATEUS (MDB/MT), VEIGA BRITO (ARENA/GO), JOSAFÉ MARINHO (SEN - MDB/BA) RENATO ALBERTO (MDB/SC), RAYTOR DUARTE (Sen-Dep), MARCELA LIMA SOBRINHO (Jornalista), JOSÉ CARLOS GUERRA (ARENA/PA), SALVADOR MANDIM (DEP RS/ARENA/GO) e INGLHARO ALVES (MDB/GO)

LEITURA PRECÁRIA

ANEXO Nº 5 à Terc. nº 1262 (SR 15 - 77)

O acompanhamento do noticiário da imprensa e informes da área política, permitem levantar os nomes dos Deputados abaixo, como provedores integrantes do movimento estabelecido no "Pacto de Lisboa":

1º) Grupo ligado a UEs

- 1 - PAUL BRUNINI FILHO - MDB/CE
- 2 - LUIZ ROBERTO VEIGA BRITO - ARENA/CE
- 3 - Pe ANTONIO DE OLIVEIRA GODOINHO - MDB/SP
- 4 - ADOLFO DE OLIVEIRA - MDB/PA
- 5 - ROBERTO SATURNINO - MDB/PJ
- 6 - LUIZ DE SOUZA CAVALCANTI - ARENA/AL
- 7 - ALCIDES FLORES SOARES JUNIOR - ARENA/RS
- 8 - DILCEU CARDOSO - ARENA/ES
- 9 - MÁCIO FRYA - MDB/MS
- 10 - JOSÉ CARLOS GUSMÃO - ARENA/PE
- 11 - JOSÉ CURI - ARENA/PR
- 12 - RABOLINO LEON PERES - ARENA/PR

2º) Grupo ligado a UEs

- 1 - RENATO ARCHER - MDB/MA
- 2 - JOSÉ RAIMUNDO BURGESS DA SILVA - MDB/MA
- 3 - OSWALDO ABRÃO LIMA FILHO - MDB/PE
- 4 - JOÃO MENEZES - MDB/PA
- 5 - HUMBERTO LUCENA - MDB/PE
- 6 - HERMÓGENES PRÍNCIPE - MDB/MS
- 7 - JOSÉ CARLOS TRINTEIRA - MDB/CE
- 8 - JOSÉ MONTENHO DE CASTRO - ARENA/MS
- 9 - TANCURDO DE ALMEIDA REYES - MDB/MS
- 10 - JOÃO HERCULINO SOUZA LOPES - MDB/MS
- 11 - CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS - MDB/MS
- 12 - IGORATO MURILO AVELAR AZEVEDO - MDB/MS
- 13 - NIELA JOSÉ CARONE - MDB/MS
- 14 - ULISSEUS OUTINHEIRO - MDB/SP
- 15 - LUIZ CORRAGA DA GAMA FILHO - MDB/CE
- 16 - JOSÉ MARIA MAGALHÃES - MDB/MS
- 17 - BRITO VILHO - ARENA/MS

LEITURA FRECÁRIA

3º) Grupo ligado a ABs

- 1 - ADENIR DE BARROS FILHO - MDB/SP
- 2 - CARVALHO SCORINHO - ARENA/SP
- 3 - PAULO LAURO - ARENA/SP
- 4 - ANIRÉ BRAGA FILHO - ARENA/SP
- 5 - ANTONIO MENEZES BARROS - ARENA/SP

39

ANEXO Nº 6 À LDC Nº 1262 (DE 15 - 77)

ELEMENTOS QUE SE PRONUNCIARAM A FAVOR DA FA ATRAVÉS DA IMPRENSA:

CARLOS LACERDA, JUSCELINO KUBITSCHEK, JOCKO GOULART, JÊNIO QUAREZAS (ora a favor, ora contra), MAURO MAGALHÃES (MDB/GB), HUMBERTO LUCENA (MDB/PE), OSWALDO LIMA FILHO (MDB/PE), HERATO ARCEDES (MDB/MA), JQ S/FA MARINHO (SEN - MDB/BA), MARTINS RODRIGUES (MDB/CE), LAUL REUNINI (MDB/GB), WALDIR SILVA (MDB/PA), HENRIQUES PRÍNCIPE (Ex-Dep), ROSTON DUARTE (ex-Dep - Professor), SÉRGIO MAGALHÃES (Ex-Dep - casado), RÍDIO SILVEIRA (Da Editora Civilização Brasileira), JOSÉ CARLOS GUEIRA (ARENA/PE), CLEMENS SAMPAYO (Ex Sec Geral do ex-PTB), SÉRGIO BARROS (Ex Sec do ex-PTB de MG), GASTONE RIZZI (MDB/SP), MOZART ROCHA (MDB/RS), LÍDIA DOUTEL DE ARAÚJO (MDB/SC), FLÓRES SOARES (ARENA/RS), ADOLFO DE OLIVEIRA (MDB/RJ), JOSÉ CURI (ARENA/PR), VÍRGILIA BRITO (ARENA/GB), BARBOSA LIMA SOBRINHO (Jornalista), MÁRIO COVAS (MDB/SP), WILSON MARTINS (MDB/SC), HERATO ALFREDO (MDB/MG), SALVADOR MARIN (ARENA/SE), HERMAMO ALVES (MDB/GB), DAVID LERER (MDB/SP), MAURO WERNECK (ARENA/GB), GERALDO MONTEAT (ARENA/SE), MAC DONEL LEITE DE CASTRO (MDB/GB), ADOLFO DE OLIVEIRA FRANCO (SEN - ARENA/PR), ARTUR VIRGÍLIO (SEN - MDB/AM), CRISÓ PASSOS (MDB/MG), SIMÃO DA CUNHA (MDB/PA), PEDRO LUDOVICO (SEN - MDB/GO) JOCKO ARAÚJO (SEN - MDB/GO), IRIS HESSEDE (Prof de Goiânia/GO), JOCKO MAGALHÃES (MDB/PA), BERNARDO CABRAL (MDB/AM), OSÍRES POTES (Ex-Dep Fed - MDB/CE), CÍD CARVALHO (MDB/MA), PAULO MACARINI (MDB/SC), RÍDIO FERNANDES (Jornalista de TI), AMAURI ERUEL (MDB/GB), SERAFTINO ARCEDES (SEN - MDB/MA), ROBERT LAKE (MDB/RS), WILTON CAMPOS (SEN - ARENA/RS), MENCIO ROCHA ALVES (MDB/GB), DOUTEL DE ARAÚJO (Ex-Dep/SC - casado), PE GQ DINIZ (ARENA/SP), FRED ROZA (AR. A/SE), AMARAL GUNDEL (ARENA/SP), OLÍDIO MARTINS (MDB/RJ), MÁRIO GUNDEL (MDB/RS), MARCELO ALESCAR (SEN - MDB/SE - suplente de MÁRIO MARTINS), LUIZ VIANA FILHO (GOV DA BA), MÁRIO BECK (MDB/RS), TALIS RAMALHO (MDB/PE).

LEITURA PRECÁRIA

K.

39

ANEXO A DEB Nº 1362 (de 13 a 77)

ANEXO Nº 7.

ELEMENTOS QUE SE PRONUNCIARAM CONTRA A FA, ATRAVÉS DA IMPRENSA:

PERNOSO HORTA (MDB/SP), JÊNIO QUAIROS (ora contra, ora a favor)
SIEGFRIED HERRER (MDB/RS), MATHEU SCHMIDT (MDB/RS), OSCAR PASSOS (GER-
MDB/AC), JOSÉ MARIA RIBEIRO (MDB/PA), JOSÉ ASSÍSIO DE MORAES (SEN -
MDB/PE), DANTON DORIN (Jornalista de UN), JOÃO HERCULINO (MDB/RS), AMA-
RAL NETO (ARENA/DE), ISRAEL FERREIRO (GOV/RS), GERALDO FREIRE (ARENA/
RS), LÉDIA LESSA BASTOS (ARENA/DE), EVILARDO MAGALHÃES CASTRO (ARENA/
DE), AARÃO STRINHEUCH (SEN - MDB/PA), RAFAEL DE ALMEIDA MAGALHÃES (ARE-
NA/DE), WALDIR SINES (MDB/RS), LARA VARGAS (MDB/DE), LUCY SABIÁ
(MDB/SP), JÚLIO DE MESAQUITA FILHO (Jornalista diretor de ESP), IVETE
VARGAS (MDB/SP), NILO CORLEO (GOV/PA), ULISSES GUIMARÃES (MDB/SP), STER-
VINO LIMA (Min do STF), DIRANER MARIE (SEN - ARENA/RS), CORÉLIO VIANA
(SEN - MDB/RS), ABREU SOARES (GOV/SP), FÁBIA LIMA (PREF/SP), ARNALDO
CHESIRA (ARENA/SP), MUGSETTI ELIAS ANTONIO (MDB/SP), JOÃO AGRIPINO
(GOV/PA), LESNIEL BRILOLA (Ex-Dep - cassado), TAVARES DE LIMA (MDB/SP),
ARMAR DE BARROS (Ex-GOV/SP), LUTERO VARGAS (Ex-Pres do ex-PTB), DA-
NIEL KRINGER (SEN - ARENA/RS), MIGUEL ARRAS (Ex-GOV - cassado), LES-
POLIO PIRES (ARENA/AM), FILIPPO HELLER (SEN - ARENA/ST), DANIEL WAINER
(Fundador de UN), FERDINANDO CARVALHO (Col da linha dura), HÉLIO LO-
PEZ (Col da linha dura), AMERINO NAPOSO (Col da linha dura), ALMEGAR
ANARIPE (Col da linha dura), DONAVENTURA CAVALCANTE (Col da linha dura),
RUI CASTRO (Col da linha dura), GÍZIA JÚNIOR (MDB/SP).

LEITURA PRECÁRIA